



14/12/2016 - 18h57 - Sinttel-ES

Negociações na Claro estão suspensas até que a verdade prevaleça

O Grupo Claro atravessou o processo negocial. Numa atitude unilateral e desrespeitosa divulgou para os empregados sua proposta para o Acordo Coletivo 2016/2017, sem o aval da outra parte. A proposta tinha entraves ainda não resolvidos porque que não fora totalmente finalizada junto à comissão dos trabalhadores (Sindicatos e Fenattel). Isso causou problemas, pois o que foi divulgado não é o que foi discutido e aceito na mesa de negociações para ser levado aos trabalhadores. O Grupo Claro não foi transparente e escureceu o clima – que já não era lá essas coisas – das relações de trabalho com a Federação.

Diante disso, as assembleias foram todas canceladas. A Fenattel entrou em contato com a empresa na manhã desta quarta-feira, dia 14, e solicitou que ela suspenda o comunicado que fere o princípio da isonomia de direitos no Acordo Coletivo. Porém, o Grupo Claro insistiu nas mentiras e não terá sua proposta avaliada pela categoria. Os sindicatos foram orientados a denunciar as atitudes de assédio da empresa aos ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e Público do Trabalho (MPT), exigindo apuração de crime contra a organização do trabalho.

Caso a empresa não retire as demais condições abusivas da sua proposta, como as horas em sobreaviso contra técnicos e engenheiros, as assembleias não serão convocadas.

Má-fé

Depois de várias reuniões de negociações infrutíferas – elas começaram no final de setembro – com o Grupo Claro, no dia 29 de novembro a comissão de negociação dos trabalhadores (Sindicatos e Fenattel) fez que deveria ter sido o último encontro para finalizar e “afinar as arestas” na proposta da empresa que seria levada para avaliação da categoria. Havia um ponto, sobre valor dos tíquetes para os admitidos a partir de janeiro de 2017, que não foi aceito, e que a empresa ficou de retirar da proposta, haja vista as várias recusas da comissão sobre esse ponto.

O que fez a empresa fez? Além de não considerar o que foi dito na reunião de negociação, a empresa manteve o item na proposta e ainda divulgou para os trabalhadores, pressionando-os, através do seu RH, para que os sindicatos fizessem assembleias e buscassem a aprovação.

Em repúdio a atitude unilateral e ordinária do Grupo Claro, a Fenattel enviou uma carta para a empresa, no dia 12, afirmando não admitir tratamento diferenciado para os trabalhadores, pois a discriminação fere o artigo 7º da Constituição Federal.

A Fenattel, em nome dos Sindicatos, editou nesta quarta-

-feira, uma NOTA OFICIAL sobre as ilegalidades da proposta da Claro e a violação do princípio da boa-fé, que deve nortear todo o processo negocial.

O SINTTEL-ES alerta para os graves problemas de ordem legal que o Grupo Claro (América Móvil) quer causar aos trabalhadores, como a perda de direitos.

1. A EMPRESA que impor unilateralmente diferenciações inaceitáveis nos benefícios, como no caso do VR (auxílio-alimentação) com diferenças de até R\$ 10,00 para menos. Essa proposta é justamente o contrário de documento assinado pela empresa no início do ano, em que se comprometia a nivelar os Vrs.
2. A EMPRESA diz que essas medidas seriam válidas apenas para aos novos contratados, a partir de janeiro 2017. Isso é grave: Ela pode demitir a maior parte dos empregados e dentro de alguns meses contratar ou recontratá-los, rebaixando assim, salários e benefícios. Um jeito fácil de remover conquistas dos últimos anos, abrindo uma “brecha” para que outras empresas façam a mesma jogada. A empresa quer impor uma divisão dentre os empregados e na categoria, ficando de um lado e em algumas funções os detentores de um VR maior e, de outro lado, os precarizados, sendo grande parte deles recém-admitidos.
3. Se a empresa quisesse realmente uma cláusula válida para a questão, aceitaria de pronto a alternativa apresentada pelos sindicatos de dar estabilidade aos atuais empregados por um ano. Assim, ficaria claro que o objetivo da Claro era atingir somente os novos contratados, sem colocar em risco as conquistas dos atuais empregados. Por que a empresa não aceitou? Porque Grupo América Móvil quer pagar a compra da NET às custas dos sacrifícios dos trabalhadores. Ou ela não sabia o que estava comprando?
4. A empresa vem pressionando os empregados a partir do RH, o que configura perante a LEI, CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. Exigir assembleia a QUALQUER CUSTO, é colocar a corda no pescoço dos empregados.

As relações de trabalho sempre foram respeitadas, por parte dos Sindicatos e da Fenattel. As entidades sindicais não existem para se submeterem a isso e muito menos retirar direitos da categoria. Os trabalhadores devem ter clareza de quem os defende e representa e daqueles que querem escravizá-los. As entidades sindicais que os representam não são meros cartórios homologadores de documentos da empresa.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/12/2016 - 15h03 - Sinttel-ES

Negociações coletivas 2016/2017 nas operadoras

Veja aqui como estão caminhando as negociações dos acordos coletivos com as operadoras de telefonia

Negociações na Oi

Proposta da Oi para o Acordo Coletivo será levada à categoria (08/12/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/proposta-da-oi-para-o-acordo-coletivo-sera-levada-a-categoria/>

Oi propõe PLACAR 2016 igual ao de 2015, mas um dos indicadores aumenta de peso (21/07/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/oi-propoe-placar-2016-igual-ao-de-2015-mas-um-dos-indicadores-aumenta-de-peso/>

Jornal Canal de Voz nº 833 (21/07/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/07/canaldevoz833.pdf>

Negociações na Claro

Negociações na Claro estão suspensas até que a verdade prevaleça (14/12/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/negociacoes-na-claro-estao-suspensas-ate-que-a-verdade-prevaleca/>

Claro resiste em atender reivindicações dos trabalhadores (01/12/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/claro-resiste-em-atender-reivindicacoes-dos-trabalhadores/>

Claro volta à negociação, mas sua proposta chega à indecência (10/11/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/5649/>

Claro propõe: nada de PPR, nada tíquete e só 3% de reajuste (05/10/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/claro-propoe-nada-de-ppr-nada-de-tiquete-e-so-3-de-reajuste/>

Proposta da Claro para o PPR 2016 é uma verdadeira "puxada de tapete" (29/09/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/proposta-da-claro-para-o-ppr-2016-e-uma-verdadeirapuxada-de-tapete/>

Jornal Canal de Voz 835 (29/07/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/07/canal-de-voz-835-1.pdf>

Negociações com a Vivo (encerrada)

Vivo tem proposta de ACT2016/2018 aprovada

(24/12/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/vivo-tem-proposta-de-act20162018-aprovada/>

Canal de Voz 845 (23/11/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/11/canaldevoz845.pdf>

Canal de Voz 842 – Jornal com a proposta da empresa (15/11/2016):

<https://drive.google.com/open?id=0B0rvsCQbXXy7REdNREJ-TVnhxLWc>

Vivo apresenta proposta, finalmente! (11/11/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/5674/>

Vivo formaliza proposta que não foi discutida em mesa de negociação (09/11/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/vivo-formaliza-proposta-que-nao-foi-discutida-em-mesa-de-negociacao/>

Perda Salarial na Vivo é de 12,57% (19/10/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/perda-salarial-na-vivo-e-de-1257/>

Vivo continua impondo a miséria para os "colaboradores" (30/09/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/vivo-continua-impondo-a-miseria-para-os-colaboradores/>

Dia Nacional de Luta na Vivo denuncia o arrocho salarial (23/09/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/5362/>

Jornal Canal de Voz nº 839:

<http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/09/canaldevoz839.pdf>

Com Lucro de R\$ 3,31 Bi, Vivo oferece 6% de reajuste somente para os pisos (16/09/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/com-lucro-de-r-331-bi-vivo-oferece-6-de-reajuste-somente-para-os-pisos/>

Vivo diz que reajuste só 2017 (25/08/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/vivo-diz-que-reajuste-so-2017/>

Começa negociação com a maior operadora: Vivo (24/08/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/comeca-negociacao-com-a-maior-operadora/>

Jornal Canal de Voz nº 834 (29/07/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/07/canaldevoz834.pdf>



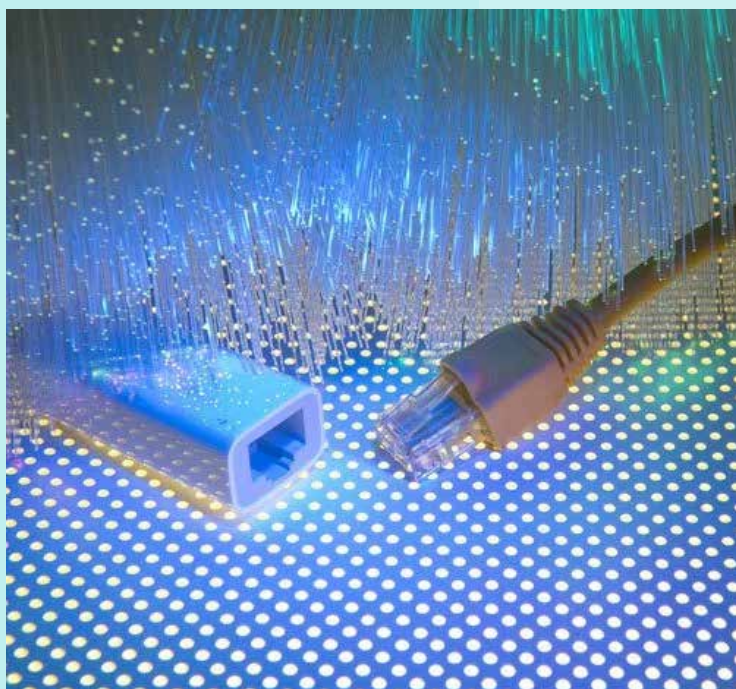
Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/12/2016 - Telesíntese

Cautelar que proíbe corte da internet após franquia deverá permanecer por muito tempo, diz presidente da Anatel

A cautelar do conselho diretor da Anatel, publicada em abril deste ano, que proibiu todas as operadoras de fazer cortes na internet após o fim da franquia de dados, deverá permanecer como regra por um longo tempo. O presidente da Anatel, Juarez Quadros, disse hoje, 14, em audiência no Senado que não pretende tratar dessa questão tão cedo.



O presidente da Anatel, Juarez Quadros, afirmou hoje, 14, em audiência pública no Senado Federal, que a cautelar da agência que proibiu as operadoras de banda larga fixa de cortar a internet após o fim da franquia deverá permanecer válida ainda por muito tempo. “A cautelar está em vigor e não penso em tratar dessa questão tão cedo”, disse o presidente.

A cautelar da agência para que as operadoras parassem de cortar a internet foi publicada depois de várias semanas de turbulência no mercado, no início do ano, com forte reação dos consumidores e do Congresso Nacional. Tudo começou após um comunicado da Vivo, que informava seus clientes que dentro de alguns meses iria passar a cortar a internet após a franquia, caso o consumo estourasse e não fossem comprados

mais créditos.

Em abril, a superintendência do consumidor publicou a primeira cautelar – que teria validade por 90 dias apenas –, proibindo as operadoras de adotar qualquer medida, até que fosse tomada uma série de providências para melhor informar o consumidor de seus direitos.

Em seguida, o ex-presidente da Anatel, João Rezende, em coletiva à imprensa, colocou mais água na fervera, ao se manifestar a favor da franquia. Diante da forte reação dos usuários, o conselho diretor da Anatel resolveu chamar para si o problema e publicou a cautelar com a proibição de qualquer corte de internet após a franquia, por prazo indeterminado, até que o conselho deliberasse sobre a questão.

Há algumas semanas o conselheiro Otávio Rodrigues, relator do processo, tomou as primeiras providências para dar continuidade ao debate, formulando um questionário para notáveis e o público em geral responderem

Licitações

Durante a audiência, Quadros criticou ainda o viés arrecadatório dos últimos editais de venda de frequências feitos pela agência – que, no seu entender, acabaram estabelecendo metas de cobertura tímidas e de muito longo prazo para serem cumpridas pelas operadoras de celular. “É uma pena que cidades com menos de 30 mil habitantes só sejam atendidas com a banda larga móvel em 2019, como estabeleceu a licitação passada”, afirmou.

O executivo cobrou do Tribunal de Contas da União (TCU) maior atuação junto aos ministérios das áreas econômicas, que acabam contingenciando os orçamentos das agências reguladoras, mesmo depois de terem sido aprovados pelo Congresso Nacional. “O Congresso autoriza e o Poder Executivo não cumpre”, lamentou Quadros.



14/12/2016 - Telesíntese

Procuradoria do consumidor quer processar quem não usar o FUST

A procuradora Alessandra Marques defendeu também que o serviço de comunicação de dados seja transformado em serviço público.

A presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, Alessandra Marques, afirmou hoje, 14, durante a audiência pública no Senado Federal, que o Ministério Público Federal pode processar por impropriedade administrativa os governantes que não usarem os fundos setoriais de telecom – como o Fust ou Funttel – para as finalidades que foram criados. “O MPF pode ter uma papel importante nesse debate, inclusive processando os governantes por impropriedade administrativa, pelo princípio da lei da legalidade”, afirmou ela.

Alessandra defendeu também a ampliação do debate sobre a comunicação de dados, pois, segundo ela, os procuradores que lidam com o consumidor entendem que os serviços de comunicação de dados devem ser públicos, e não explorados sob o regime privado. “O Brasil mudou, e é preciso repensar as regulações do setor”, defendeu.

Ela disse ainda que o número elevado de clientes de

celular não pode ser justificativa para as crescentes queixas dos consumidores, mas defendeu uma articulação com as procuradorias estaduais para fazer valer a lei das antenas.

SindiTelebrasil

O diretor do SindiTelebrasil, Carlos Duprat, defende que os editais de licitação devam estabelecer metas mais ambiciosas de cobertura do território brasileiro e não visar maior arrecadação para o Estado. “Não há nenhuma exigência quanto à cobertura nas estradas ou nas áreas rurais”, exemplificou.

Ele lembrou ainda que o consumidor é o maior prejudicado pelos altos impostos do setor de telecom. “Em média, em cada R\$10 de pré-pago, o usuário gasta R\$ 5 com impostos. E a cada mês estamos desconectando mais brasileiros, que não têm condições de arcar com os altos impostos, e que aumentam cada vez mais”, assinalou.

15/12/2016 - Agência Brasil

PIB tem queda acumulada de 4,3% em 12 meses até outubro

FGV afirma que resultados mostram dificuldade em retomar o crescimento econômico. Setor que registra maior queda é o de investimentos

O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, acumula queda de 4,3% no período de 12 meses até outubro deste ano, segundo estimativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Até setembro, a taxa de queda acumulada do PIB em 12 meses era de 4,4%.

As taxas acumuladas em 12 meses pela indústria da transformação, o comércio e os investimentos tiveram leve melhora em outubro, em relação a setembro. Apesar disso, esses setores continuam com desempenho negativo: transformação (-7,3%), comércio (-7,8%) e formação bruta de capital fixo, isto é, investimentos (-12,5%).

De acordo com o Monitor do PIB-FGV, o Produto Interno Bruto do mês de outubro deste ano é 0,48% inferior ao registrado em setembro e 4,5% menor do que o registrado no mesmo mês do ano passado, a maior queda dos últimos sete meses.

No trimestre encerrado em outubro deste ano, o PIB caiu 0,74%, na comparação com o trimestre encerrado em julho.

De acordo com o coordenador do Monitor do PIB-FGV, Claudio Considera, os resultados mostram uma dificuldade em retomar o crescimento econômico que, provavelmente, se estenderá até o primeiro semestre de 2017.



14/12/2016 - Portal Vermelho

“Mercantilização” do ensino avança no Congresso Nacional

Parlamentares da bancada do PCdoB criticaram a aprovação da reforma do Ensino Médio (MP 746/16) na terça-feira (14). O texto prevê retrocessos como a extinção das disciplinas de artes, física, filosofia e sociologia.

Com votação concluída na Câmara dos Deputados, a Medida Provisória (MP 746/16) aprofunda desigualdades educacionais no país, em especial, as raciais, de renda, regionais e entre o campo e a cidade. Essa é a avaliação da Bancada do PCdoB.

Foram aprovadas em Plenário, ainda, as medidas de segmentação do ensino por áreas do conhecimento; a implementação do ensino integral com apoio financeiro da União ao setor público. Esta última não traz a especificação da fonte de financiamento e o formato de incentivo.

A possibilidade de convênio e parcerias com entidades privadas nacionais ou estrangeiras também foi mantida no texto, abrindo caminho para a mercantilização da educação. Essa proposta foi criticada pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

“É aqui que estão legislando para estimular parcerias público-privadas com organizações estrangeiras para o ensino à distância no Ensino Médio. Hoje, aniversário do AI-5, o governo está reformando o Ensino Médio para uma visão autoritária, atrasada, tecnicista e privatizante. Só com a saída de Temer podemos resgatar os absurdos cometidos pelo golpe”, afirmou.

De acordo com a parlamentar baiana, o Ensino Médio regular possui natureza presencial e pode inclusive ter uma articulação com novas tecnologias e com plataformas diferenciadas. “Não podemos abrir mão da natureza curricular unificada no território nacional, sob risco de termos escolas de primeira, de segunda ou até de quinta categoria”, alertou Alice Portugal.

No projeto de lei de conversão do senador Pedro Chaves (PSC-MS), o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela formação em áreas do conhecimento: linguagem e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional. Cada sistema de ensino organizará essas áreas e as respectivas competências e habilidades esperadas do aluno segundo seus próprios critérios. Poderá haver uma integração de componentes curriculares da base comum com disciplinas dessas áreas e, após a conclusão de um itinerário formativo, os alunos poderão cursar outro, se houver vaga.

Todas as regras valerão para as redes de ensino público e privado, mas o cronograma terá de ser elaborado no primeiro ano letivo seguinte à data de publicação da BNCC. A efeti-

vação da reforma do Ensino Médio, entretanto, ocorrerá no segundo ano letivo depois da homologação dessa base curricular.

A base comum não necessariamente fixará a oferta de artes, educação física, sociologia e filosofia nos três anos do Ensino Médio. As disciplinas de Português e Matemática serão obrigatórias nos três anos do Ensino Médio. Para o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), a garantia das disciplinas, como sociologia e filosofia no currículo do Ensino Médio, é fundamental para a formação cidadã. “A formação crítica amplia a capacidade de conhecer o Brasil, oferece ferramentas para que a nossa juventude possa pensar com a sua própria cabeça. Matérias como essas foram retiradas do currículo escolar no tempo das sombras, quando não se queriam debate, discussão nem construção da democracia”, disse.

A redação aprovada também propõe alteração quanto à formação mínima exigida para lecionar no Ensino Médio. Na prática, não será exigida do docente a formação acadêmica específica na área, bastando apenas uma complementação pedagógica para lecionar.

Segundo a deputada Professora Marcivânia (PCdoB-AP), que integrou a Comissão Especial, “os parlamentares governistas se mostraram insensíveis ao não ouvir educadores e estudantes, envolvidos na matéria. A questão do ‘notório saber’, por exemplo, coloca em risco a qualidade do ensino, fragilizando cada vez mais o processo de aprendizado dos jovens na etapa final da educação básica. Esta MP não atende os anseios dos nossos alunos e professores”.

O texto agora segue para o Senado Federal.

Entenda a proposta

Carga horária

A carga horária mínima anual será de 800 horas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, a ser ampliada de forma progressiva, no Ensino Médio, para 1.400 horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos 1.000 horas anuais de carga horária, a partir da publicação da lei.

Quanto ao ensino noturno propõe-se que os sistemas de ensino disponham sobre a oferta de educação de jovens e adultos (EJA) e de ensino noturno regular, adequando às condições do educando.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/291099-1>

14/12/2016 - Brasil de Fato

Análise: Temer ressuscita fantasma da privatização do Banco do Brasil

Para sindicalista, é possível impedir o desmonte do banco público com unidade e resistência da categoria

O Programa de Participação em Investimentos (PPI) do governo de Michel Temer ressuscita integralmente a Lei N° 9.494 de 1997, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND) no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). As privatizações serão definidas por decreto e passarão a desfrutar da condição de prioridade nacional. A execução ficará a cargo do Conselho do PPI, que passa a desempenhar as mesmas atribuições do Conselho Nacional de Desestatização criado pela mesma lei, que esteve à frente das privatizações de FHC. Um conjunto de medidas recentemente anunciado pela direção do Banco do Brasil aponta no sentido de enxugar a empresa para preparar a privatização.

A declaração de Temer de que há funcionários "desnecessários" no Banco do Brasil e o anúncio de corte de 9,3 mil funcionários ressuscitaram o fantasma da privatização. Os funcionários do banco público foram surpreendidos, no último dia 20 de novembro, por uma nova reestruturação na empresa que pode ter muitos desdobramentos.

Em comunicado à imprensa e ao mercado, a direção do Banco do Brasil anunciou uma grande reestruturação envolvendo corte de agências e redução do quadro de funcionários.

O objetivo do governo é cortar R\$ 750 milhões de gastos do banco, sendo R\$ 450 milhões com a nova estrutura organizacional, que inclui redução de despesas com folha de pagamento e corte de postos de trabalho, além de R\$ 300 milhões com redução de despesas com transporte de valores, segurança e imóveis. A medida está na contramão do papel desempenhado pela instituição nos últimos anos, que é de fomento ao desenvolvimento social e econômico do País.

O plano Temer

O plano do governo Temer para o Banco do Brasil é fechar 402 agências e transformar outras 379 em postos de atendimento, além de extinguir ou realizar fusões de gerências e outras unidades-meio. O Banco do Brasil implementou um plano extraordinário de aposentadoria incentivada, ao qual aderiram 9409 funcionários, atingindo a meta acabar com 9,3 mil postos de trabalho. Os



funcionários que permaneceram e hoje estão em agências e unidades a serem extintas serão obrigados a procurar realocação em outras unidades, dentro ou fora do Rio de Janeiro, enfrentando sérios transtornos. O enxugamento atinge todos os cargos, inclusive o de gestores.

É um ataque ao banco e a nossos empregos de uma magnitude que não se via desde o governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi feito, em 1995, um Plano de Demissão Voluntária (PDV), que demitiu, na época,

14 mil colegas. É possível impedir que este fato se repita, sendo vital, para isto, construir a nossa unidade e resistência nacionais.

A situação de muitas agências no Rio já é caótica. Com a redução no número de agências e funcionários a empresa inviabiliza o atendimento à população, que já é precário, e sobrecarrega ainda mais os funcionários que vão continuar na ativa. Deflagrada a reestruturação, reinam a insegurança e a falta de clareza sobre quando as agências serão fechadas, qual o destino dos funcionários dessas unidades, sobre a opção dos caixas e escriturários, uma vez que até agora só os comissionados têm informações sobre realocações. Os clientes estão completamente desinformados sobre o destino de suas contas. Quer dizer: o caos que se instalou na política administrativa do governo Temer é o mesmo, de forma piorada, neste momento no BB.

Nas reuniões dos dias 1º e 8 de dezembro, em Brasília, o banco rejeitou as principais propostas da Comissão de Empresa. Entre elas, a criação do VCP permanente, que garantiria a mesma remuneração ao funcionário até a realocação e o estabelecimento de critérios imparciais e objetivos de nomeação

O Sindicato não aceitará, em hipótese alguma, redução salarial e de direitos e o movimento sindical está realizando mobilização, protestos e audiências públicas contra a reestruturação do banco em vários estados do país.

O Banco do Brasil tem importância estratégica, na condição de principal agente financeiro da União, atua como efetivo parceiro do Governo na implementação de políticas, projetos e programas socioeconômicos voltados para o desenvolvimento do País. Articula os interesses e as necessidades da Administração Pública com os vários segmentos econômicos da sociedade.